

A lápide do guerreiro

O deputado Luiz Durão (PDT-ES) encomendou uma lápide. Vai incrustá-la num jazigo em Linhares, 200 quilômetros ao norte de Vitória, onde semanas atrás enterrou um índio — seu parente por circunstância e afinidade.

João de Deus, informa o atestado de óbito. João da Santa será o nome na lápide. Assim era conhecido nas comunidades rurais da foz do Rio Doce, freguesas de suas ações místicas contra pragas das secas e das enchentes.

Na aparência, um autêntico pajé carregando santos e bandeiras coloridas como alegorias de mão — imagens que pontilham um belo documentário sobre a civilização do vale (*Watu*, do jornalista Edilson Martins, programado pela Rede Manchete para estréia neste semestre).

Era reconhecido como último dos botocudos aimorés naquela foz de rio. Não como indígena aculturado, quase indistinto do caboclo. Mas como índio que varou o século 20 como silvícola, conservando a identificação étnica tribal.

Encarnava a capacidade de resistência de uma etnia, em condições mínimas de perpetuação, fenômeno cuja análise para a Antropologia foi produzida por Darcy Ribeiro, por encomenda da Unesco, no clássico *Os Índios e a Civilização* (1970, já na sexta edição em português).

“A língua, os costumes e as crenças são atributos externos à etnia, suscetíveis de profundas alterações, sem que esta sofra colapso ou alteração” — ele escreveu ao demolir o mito da “assimilação” cultural, pelo qual onde havia uma aldeia de índios e, depois, floresceu uma vila brasileira ocorrera uma continuidade, uma se convertendo na outra.

Com suas rezas ao sol e à chuva, nunca traduzidas ou explicadas, danças com bandeiras coloridas e hábitos exóticos como cortar arame no dente e só comer carne crua, João da Santa era uma nota remissiva ao Brasil da chegada dos europeus, 500 anos atrás. De idade incerta, na adolescência foi comprado das mãos de sua irmã, pelo patriarca Durão, para atuar como “pio”

(chamariz de pássaros) em caçadas de fazendeiros.

Pertencia a uma tribo guerreira, cuja história se conta pelo horror de colonos como o português Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho em Porto Seguro. Foi autor do mais antigo registro que se conhece sobre a resistência dos aimorés ao avanço da civilização litorânea pelo Vale do Rio Doce, na direção das minas de ouro e diamantes.

“São tão selvagens que dos outros bárbaros são havidos por mais que bárbaros” — anotou Sousa no seu Tratado Descritivo do Brasil, de 1587. “Alguns tomados vivos se deixaram morrer de bravos, sem querer comer. Pelejam com arcos e flechas muito grandes e são tamanhos frecheiros que não erram nunca

tiro. São mui ligeiros à maravilha e grandes corredores. Não vivem estes bárbaros em aldeias, nem casas. Mantêm-se de frutos silvestres e da caça que matam, a qual comem crua ou mal assada, quando têm fogo.”

“Não pelejam com ninguém de rosto a rosto” — continua —, “toda sua briga é atraçoada. Comem carne humana por mantimento, o que não tem o outro gentio, que não a come senão por vingança.”

Conclui: “A capitania de Porto Seguro e dos Ilhéus estão destruídas e quase despovoadas com o temor destes bárbaros. Os engenhos não lavram açúcar por terem morto todos os escravos e a gente deles e a mais das fazendas. Se não se busca algum remédio para destruírem estes alarves eles destruirão as fazendas da Bahia.”

A Coroa portuguesa engendrou uma espécie de reforma agrária sob a espada do conde de Linhares: por decreto, a cabeça de um botocudo passou a valer aos colonos uma gleba de terra nas regiões dominadas pelos aimorés.

Deu-se o extermínio, com a escravização dos sobreviventes. Na poeira deste século sobrou o rastro fossilizado de João da Santa — agora uma lápide no jazigo da família Durão, em Linhares.



■ José Casado é jornalista

João da Santa era uma nota remissiva ao Brasil da chegada dos europeus, 500 anos atrás